



Poder Judiciário do Estado da Bahia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2022

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS	2
2. PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	2
3. NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
4. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	6
5. NOTAS AO BALANÇO FINANCEIRO.....	7
6. NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	7
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	10

1. INFORMACÕES GERAIS

O Poder Judiciário é o órgão do Estado responsável por julgar as demandas que lhe são submetidas, inclusive aquelas que a própria Administração Pública seja parte, com independência e imparcialidade, para fazer valer a Constituição e as leis do país. Compete-lhe, dessa forma, a aplicação das leis na solução dos conflitos de interesse entre pessoas, empresas e instituições. Busca garantir os direitos do cidadão e, assim, promover a Justiça. A ele, cabe impor, também, a sanção penal.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 13.100.722/0001-60, órgão integrante da Administração Direta do Estado da Bahia, tem sede na cidade de Salvador e jurisdição em todo o Estado, sendo a instância mais elevada do Judiciário Estadual.

A Lei Orçamentária Anual do Estado da Bahia nº 14.446 de 11/01/2022, estabeleceu o orçamento para o Tribunal de Justiça em 2022, através das unidades orçamentárias:

- 04101- STJ SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 04601- FAJ- FUNDO DE APARELHAMENTO JUDICIÁRIO
- 04102- CGJ- CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
- 04602- FUNSEG- FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Poder Judiciário do Estado da Bahia foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, Lei nº. 4.320 de 1964, Lei Complementar nº 101 de 2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público — NBCTSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes, conforme as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

3. NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Compreende os valores referentes a Bancos-Contas Especiais e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata. Representa aproximadamente **51,28%** do Ativo Total do Poder Judiciário do Estado da Bahia em 2022, sendo detalhado na tabela a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 1.1.1.0.0.00.00		
DESCRIÇÃO	Saldo em31/12/2022	Saldo em31/12/2021
TJ	88.797.315,10	118.502.504,73
FAJ	386.007.603,85	63.888.141,17
FUNSEG	6.946.407,80	5.319.287,36
TOTAL	481.751.326,75	187.709.933,26

Fonte:FIPLAN

NOTA 2: INVESTIMENTOS: Compreende os valores das ações pertencentes ao Poder Judiciário do Estado da Bahia avaliadas pelo método de custo. No exercício de 2022 a conta **Participações em Sociedades de Economia Mista 1.2.2.1.1.02.01.00** apresentou um saldo de **R\$330.918,16**, resultado de uma atualização negativa no montante de **R\$18.037,00** em relação ao exercício 2021. Em atendimento ao princípio da competência, as ações eram atualizadas com o valor divulgado no pregão do último dia útil do mês e a atualização (ágio e deságio) foi realizada dentro da competência de cada mês.

NOTA 3: IMOBILIZADO: Compreende os Bens Móveis e Imóveis do Poder Judiciário, bem como as respectivas depreciações. Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. (MCASP, 8ª Edição). O Imobilizado representa aproximadamente **47,11%** do Ativo Total do Poder Judiciário do Estado da Bahia em 2021, sendo detalhado na tabela a seguir:

IMOBILIZADO 1.2.3.0.0.00.00		
DESCRIÇÃO	Saldo em31/12/2022	Saldo em31/12/2021
BensMóveis	328.323.044,45	313.003.160,66
BensImóveis	551.560.514,28	536.339.201,22
(-)Depreciação,ExaustãoeAmortizaçãoAcumulada	-437.354.474,31	-403.123.504,74
VALORLÍQUIDOCONTÁBIL	442.529.084,42	446.218.857,14

Fonte:FIPLAN

NOTA 4: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS: Compreende valores referentes às obrigações relativas a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, a serem pagos em período posterior ao qual forem incorridos, em atendimento ao princípio da competência. No exercício de 2021 foi contabilizado na conta **Pessoal a Pagar Não Financeiro 2.1.1.1.01.97.01** o valor total de **R\$922.331.016,56**. Conforme informação proveniente da Secretaria de Gestão de Pessoas, o valor de **R\$921.178.922,99** refere-se ao Total das despesas de exercícios anteriores a 2021 e o valor de **R\$1.152.093,57** referente ao total de processos cujo fato gerador foi o ano de 2021.

Do referido montante, esclarecemos que no exercício de 2022 foram realizados ajustes em decorrência de documentos suportes encaminhados pelas áreas responsáveis, as quais sinalizavam os valores que deveriam ter sido registrados em 12/2021, e que foram registrados a maior. Além disso, foi realizado também o lançamento no valor de **R\$7.017,19** referente a Diferença de Vencimentos, em virtude da correção na parametrização do lançamento pela Sefaz/BA que impossibilitou seu registro em 2021. Os ajustes que foram realizados estão demonstrados no quadro abaixo:

REGISTRO DO PASSIVO DE PESSOAL REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2021				
REGISTRO REALIZADO		AJUSTES	NLA	
VERBA	Saldo informado em 12/2021	R\$		SALDO ATUALIZADO
CORREÇÃO PCS	610.821.986,46	-152.021.486,03	33210	458.800.500,43
DIFERENÇA DE VENCIMENTOS	7.017,19	+7.017,19	13212	7.017,19
PAE	17.563.681,49	-1.156.888,40	33210	16.406.793,09
PAE CORREÇÃO	234.621.239,03	-60.137.303,94	33210	174.483.935,09

Fonte:Relatórios encaminhados pela SEGESP

A partir do Expediente TJ-GEN-2022/00880 as áreas envolvidas e responsáveis pelas informações de passivo de Pessoal passaram enviar as informações com as composições de valor por verbas para registro contábil do passivo por competência. Os novos passivos passaram a ser contabilizados através de NLA – Nota de Lançamento Automático mês a mês. Ressalte-se que além do registro referente a direitos adquiridos no ano corrente (2022), foram feitos também os registros referentes a direitos adquiridos em exercícios anteriores, porém reconhecidos no exercício de 2022.

No exercício de 2022 foram registradas as baixas referentes aos processos de passivo de pessoal que foram pagos pelo TJBA, considerando o regime de caixa. Estes lançamentos foram realizados com base nas informações transmitidas por meio de relatórios enviados pela Coordenação de Pagamento e pela Coordenação de Gestão da Despesa de pessoal, ambas pertencentes à Secretaria de Gestão de Pessoas.

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta 'Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar', no montante de R\$554.013.423,37 em 2022:

VERBAS	SALDO EM 31/12/2021	LANÇAMENTOS DE DE A EM 2022		LANÇAMENTOS DE 2022		AJUSTES	SALDO EM 31/12/2022
		Exercícios Anteriores	(-) PAGAMENTOS DE DE A EM 2022	Exercício Corrente	(-) PAGAMENTOS DE 2022		
Abono pecuniario		36.092,14					36.092,14
ABONO PERMANENCIA	4.896.050,66	4.743.025,78	2.087.553,22	5.430.583,34	3.466.400,21		9.515.706,34
ADICIONAL NOTURNO	12.207,49						12.207,49
ATS	220.296,32	89.936,79	269.942,60	19.494,78	13.324,45		46.460,85
CET	10.999.624,32	6.538.343,10	10.711.558,78	3.557.667,66	2.503.744,74		7.880.331,57
Correção da PAE		1.611.185,69					1.611.185,69
CORREÇÃO DO PCS	610.821.986,46	101.279.224,06	289.059.520,62			152.021.486,03	271.020.203,87
CORREÇÃO PCS DESLIGADOS		73.182.887,56					73.182.887,56
DIFERENÇA DE VENCIMENTOS		74.644,36	14.068,33			7.017,19	67.593,22
Direção de foro		858,11					858,11
ENQUADRAMENTO/PROGRESSÃO	36.011,78	263.310,15	18.058,92	121.497,05	24.260,50		378.499,56
ESTABILIDADE	68.116,77	1.093.077,43	37.303,98	7.433,05	17.520,36		1.113.802,91
Exoneração		147.819,54					147.819,54
FÉRIAS SUBSTITUIÇÃO	3.037,45	34.035,40	3.952,97				33.119,88
GAE	1.153.774,75	130.874,66	1.083.569,43	287.724,38	30.043,50		458.760,87
Gratificação natalina		8.587,53					8.587,53
Hora extra sobre férias		7.687,64					7.687,64
Indenização de férias		2.365.499,59					2.365.499,59
Indenização de Férias Magistrado	5.201.333,61	5.432.946,08	2.980.616,56				7.653.663,13
Indenização de Férias Servidor	1.234.059,84	1.927.026,67	1.889.049,75				1.272.036,76
Indenização Servidores LP	35.124.531,78	3.345.419,06	6.908.844,87		3.047,84		31.558.058,13
INSALUBRIDADE	177.915,98	215.102,54					393.018,52
INSTRUTORIA INTERNA	13.279,88	-	13.279,88	47.796,02	24.111,34		23.684,68
PAE	17.563.681,49	700.024,63	5.935.648,96			1.156.888,40	11.171.168,76
PAE CORREÇÃO	234.621.239,03	1.770.402,10	42.921.804,33			60.137.303,94	133.332.532,86
PAG.VALORES MENOR DA APOSE.		12.278,03					12.278,03
Retroativo correção de tabela		29.642,40					29.642,40
Saldo de férias		63.477,20					63.477,20
SUBSTITUIÇÃO	183.869,25	392.704,62	131.603,37	226.912,96	55.324,92		616.558,54
	922.331.016,86	205.496.112,86	364.066.376,57	9.699.109,24	6.137.777,84	213.308.661,18	554.013.423,37

Fonte:Relatórios encaminhados pela SEGESP

É importante destacar nestas Notas Explicativas que os lançamentos contábeis estão sendo realizados na conta que compreende o Passivo Circulante uma vez que se encontra pendente o envio, pela Secretaria de Gestão de Pessoas, das informações quanto ao plano de pagamento destas obrigações, já solicitado pela Contabilidade.

NOTA 5: AJUSTES DE EXERCÍCIOS DE ANTERIORES: A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados. (MCASP, 8ªEdição). No exercício de 2022 as **contas 2.3.7.1.1.03.00.00 e 2.3.7.1.2.03.00.00 Ajustes de Exercícios Anteriores** totalizaram **R\$86.586.652,56**, nas Unidades Orçamentárias 04101-STJ e 04601-FAJ, que representam o saldo final das movimentações contábeis de valores referente à Despesa de Exercício Anteriores e Ajustes do Passivo de Pessoal citados na Nota 4.

4. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Resultado Patrimonial do Período evidenciou um Superávit de **R\$ 709.810.936,32**, resultante de Variações Patrimoniais Aumentativas no valor total de **R\$ 11.701.329.337,03** deduzido das Variações Patrimoniais Diminutivas no valor total de **R\$ 10.991.518.400,71**. Os principais fatores que influenciaram para esse resultado são apresentados nas notas seguintes:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS — VPA:

NOTA 1: IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA: Compreende variações patrimoniais aumentativas provenientes da arrecadação de taxas referentes a emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais. Verifica-se um aumento da ordem de aproximadamente 32,07% em relação ao exercício de 2021.

NOTA 2: EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS: Constata-se um aumento de **R\$ 299.100.184,02** em relação ao exercício de 2021 referente, principalmente, ao aumento da remuneração sobre o saldo médio dos depósitos judiciais, conforme contrato firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Banco de Brasília -BRB.

NOTA 3: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS: O aumento de 337,13% em relação ao exercício de 2021, deve-se, principalmente, a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS — VPD:

NOTA 4: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS: Verifica-se um aumento de R\$ 38.253.677,71, representando 80,59% em relação ao exercício de 2021. Neste grupo destaca-se a rubrica Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais que evidencia um aumento R\$37.845.066,79, decorrente, sobretudo, do aumento nos valores devidos a título de auxílio financeiro para despesas médicas.

NOTA 5: DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORÇÃO DE PASSIVOS: Este grupo apresentou um resultado de R\$274.291,97, que se refere à rubrica Perdas com Alienação.

NOTA 6: TRIBUTÁRIAS: Verifica-se o aumento de 36,35% em relação ao exercício de 2021. Neste grupo destaca-se a conta contábil **3.7.2.1.3.47.01.00-INSS Contribuintes Individual, Cooperativa de Trabalho e Outros** referente à contribuição patronal sobre a prestação de serviços, principalmente das categorias de juízes leigos e conciliadores e peritos.

5. NOTAS AO BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 1: A receita de Taxas Vinculadas ao Poder Judiciário no exercício de 2022, no valor de **R\$695.611.099,54**, representou 63,97% do total das receitas orçamentárias.

NOTA 2: Conforme disposto na Lei 4.320/64, Art. 103, Parágrafo único:

Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

No exercício de 2022, foi inscrito em restos a pagar não processados o montante de **19.418.960,09** e em restos a pagar processados o montante de **51.500,18**.

NOTA 3: Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no total de **R\$59.793.638,19**, representam 68,47% dos recebimentos extraorçamentários do exercício 2022.

NOTA 4: Em 2022, verifica-se um aumento do resultado financeiro no montante de **R\$261.727.059,95** em relação ao exercício de 2021.

6. NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 1: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: O Balanço Orçamentário do Poder Judiciário do Estado da Bahia apresenta as receitas e as despesas previstas e realizadas durante o exercício. No exercício de 2022 a receita realizada totalizou R\$1.087.393.466,80, a despesa executada totalizou R\$3.136.270.688,64, gerando assim um déficit da execução orçamentária na ordem de R\$2.048.877.221,84.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
	2022	2021
RECEITA REALIZADA	1.087.393.466,80	583.295.309,43
DESPEZA EMPENHADA	3.136.270.688,64	2.660.161.785,33
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(2.048.877.221,84)	(2.076.866.475,90)

Fonte: FIPLAN

Esse resultado deficitário decorre principalmente da utilização de superávit financeiro apurado em exercício anterior para abertura de crédito de adicionais, bem como da execução de despesas nas destinações de recursos 0.100.000000 e 0.300.000000 sem a respectiva arrecadação da receita no Poder Judiciário do Estado da Bahia, uma vez que os ingressos ocorrem a título de transferência recebida do Tesouro Estadual.

NOTA 2: ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO: O orçamento inicial aprovado para o exercício de 2022 foi de R\$ 2.668.813.000,00, sendo a dotação atualizada de R\$ 3.188.376.813,03. Ressalta-se que houve anulação, conforme Decreto Financeiro nº 07 de 03 de fevereiro de 2022, da ordem de R\$1.094.621,00, além do recebimento de destaque na ordem de R\$1.225.039,03. Essas alterações ao orçamento inicial podem ser constatadas, principalmente, no aumento no grupo Pessoal e Encargos Sociais, que obteve um aumento total de R\$348.273.210,76.

ALTERAÇÕES NA LOA				
CATEGORIA	GRUPO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	ALTERAÇÃO
DESPESA CORRENTE	Pessoal e Encargos Sociais	1.800.646.000,00	2.148.919.210,76	348.273.210,76
	Outras Despesas Correntes	476.488.000,00	588.617.255,00	112.129.255,00
	Intraorçamentárias	363.414.000,00	399.089.693,27	35.675.693,27
DESPESA CAPITAL	Investimentos	28.265.000,00	51.750.654,00	23.485.654,00
TOTAL		2.668.813.000,00	3.188.376.813,03	519.563.813,03

Fonte: FIPLAN

NOTA 3: CRÉDITOS ADICIONAIS: A abertura de créditos adicionais no exercício de 2022 teve como fonte de recursos o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e o excesso de arrecadação.

FONTES DE FINANCIAMENTO	
TIPO	VALOR
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	379.385.422,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	140.047.973,00

Fonte: FIPLAN

NOTA 4: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS FUNDOS: O orçamento aprovado destinado aos Fundos, para o exercício de 2022, foi de **R\$138.169.000,00**. A execução orçamentária da despesa nesse período totalizou **R\$ 143.374.059,90**. Em relação à execução das receitas, foi arrecadado em 2022 o montante de **R\$369.629.884,69**.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS FUNDOS		
	2022	2021
EXECUÇÃO DA DESPESA	143.374.059,90	120.738.812,08
EXECUÇÃO DA RECEITA	369.629.884,69	46.836.864,27

Fonte: FIPLAN

Na execução da receita dos Fundos no exercício de 2022, constata-se um incremento em relação ao exercício 2021, devido, sobretudo, ao aumento da Remuneração do Saldo dos Depósitos Judiciais e à licitação para contratação de instituição financeira para a prestação de serviços bancários para o pagamento da folha de pessoal e a centralização do pagamento dos fornecedores do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

NOTA 5: DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES- DEA: No exercício de 2022 foram empenhados **R\$ 461.500.157,87** na rubrica de despesas de exercícios anteriores, sendo **R\$ 458.678.039,75** no grupo Pessoal e Encargos Sociais e **R\$2.822.118,12** no grupo Outras Despesas Correntes.

NOTA 6: RESTOS A PAGAR: As despesas legalmente empenhadas e não pagas constituem os Restos a Pagar. No exercício de 2022, a inscrição de restos a pagar não processados totalizou **R\$19.418.960,09** e em restos a pagar processado o valor **R\$ 51.500,18**.

INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR - 2022		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
TJ	15.325.740,97	40.239,69
FAJ	3.998.219,12	11.260,49
FUNSEG	95.000,00	
TOTAL	19.418.960,09	51.500,18

Fonte: FIPLAN

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

NOTA 1: PASSIVO CONTINGENTE: Trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados (processos administrativos de Servidores e Magistrados) e cuja existência será confirmada apenas pela autorização e reconhecimento pelo Presidente do PJBA do direito pleiteado pelo Servidor ou Magistrado. Além disso, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade antes do julgamento do Processo. Segundo a previsão do MCASP, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, no entanto, deverão ser registrados e divulgados em notas explicativas.

Conforme informações fornecidas pela Chefia de Gabinete da Presidência, em 16/12/2022, constavam 691 processos pendentes de apreciação acerca da eventual existência do direito, passíveis de repercussão financeira para o TJBA. Do total reportado, 593 se referem a processos originados em exercícios anteriores e 98 originados no atual exercício.

Informamos também que, de acordo com a Assessoria Especial da Presidência - AEP-I, aguardavam andamento, até o dia 16/12/2022, 146 processos pendentes de apreciação acerca da eventual existência do direito, passíveis de repercussão financeira.